

**HABEAS CORPUS Nº 548.795 - SP (2019/0357993-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : GISELE XIMENES VIEIRA DOS SANTOS INÁCIO - SP205884  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : J C DE O F (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de J. C. de O. F. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2213048-47.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que foi julgada procedente a Representação pela prática de ato infracional análogo ao delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, ocasião em que foi determinada a internação do paciente por tempo indeterminado (e-STJ fls. 25/31).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte local, que denegou a ordem nos seguintes termos (e-STJ fls, 32/37):

*HABEAS CORPUS - Tráfico de drogas - Internação - Aplicação da medida privativa de liberdade - Possibilidade - Artigo 122, inciso I, e parágrafo 2º, do ECA - Conduta que configura grave ameaça à sociedade - Precedentes - Consideração não apenas da gravidade do ato infracional, mas também das condições pessoais do paciente - Constatação de que o paciente vive em situação de risco, uma vez que possui passagem anterior pela Justiça da Infância - Súmula nº 492 do C. STJ que não tem caráter vinculante, tampouco confere automatismo na exclusão da medida extrema para casos tais - Ordem denegada.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls, 3/10), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois ensejou a manutenção de sentença que lhe aplicou medida socioeducativa de internação sem respaldo no taxativo rol do art. 122 do ECA e com violação ao enunciado n. 492 do Superior Tribunal de Justiça. Afirma que o ato infracional não foi praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa e que o paciente não possui

antecedentes infracionais.

*Argumenta que não é o caso também de reiteração no cometimento de outras infrações graves, estabelecida no inciso II do referido artigo, vez que não há duas condutas graves anteriormente declaradas por sentença transitada em julgado. Pois, conforme consta da certidão de antecedentes em anexo, anteriormente a este fato, o paciente possui um encerrado por remissão, a qual não gera antecedentes, nos termos do artigo 127, ECA (e-STJ fl. 8).*

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a substituição da medida de internação por liberdade assistida.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois consta da sentença e do acórdão impugnado que o adolescente reiterou na prática de atos infracionais graves (e-STJ fl. 35).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, especialmente sobre os referidos atos infracionais pregressos e andamento da medida socioeducativa em curso.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator